

**TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO**

**A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UM ESTUDO NO IFB CAMPUS
BRASÍLIA**

Gabriel Ferrari da Silveira¹ – Instituto Federal de Brasília

Leticia Bianca Barros de Moraes Lima² – Instituto Federal de Brasília

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo examinar como as diretrizes de acessibilidade voltadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estão sendo seguidas no campus Brasília do Instituto Federal de Brasília (IFB). O foco principal é avaliar a eficácia das medidas de acessibilidade atuais na promoção de eventos inclusivos. Especificamente, o projeto busca: (1) distinguir terminologias relacionadas a deficiências e mobilidade reduzida; (2) identificar barreiras à acessibilidade no campus; e (3) propor recomendações baseadas nas melhores práticas para otimizar a acessibilidade em eventos futuros. A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica sobre acessibilidade e organização de eventos, além de uma pesquisa de campo que compreende a coleta de dados visuais para verificar a conformidade com normas técnicas, especialmente a NBR 9050/2020. Os procedimentos técnicos envolvem a análise de documentos e artigos publicados em revistas científicas da área, bem como a avaliação prática dos espaços do campus Brasília. O estudo busca promover a inclusão e a acessibilidade em eventos acadêmicos, contribuindo para a criação de ambientes mais acolhedores e acessíveis.

Palavras-chave: Acessibilidade. Eventos. Pessoas com deficiências. Mobilidade reduzida.

INTRODUÇÃO

A acessibilidade tem emergido como um aspecto fundamental para a inclusão social e a igualdade de oportunidades nas últimas décadas. No Brasil, isso é evidenciado por legislações e normas específicas, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a NBR 9050/2020, que estabelecem diretrizes para garantir que espaços públicos e privados sejam acessíveis a pessoas com deficiência (Brasil, 2020; ABNT, 2020). No contexto acadêmico, a acessibilidade é extremamente importante não apenas para a inclusão de estudantes com deficiência, mas também para a criação de ambientes educacionais mais acolhedores e eficientes.

O Instituto Federal de Brasília (IFB) é um exemplo de instituição que se depara com a necessidade de garantir a conformidade com essas diretrizes, especialmente no que diz respeito à promoção de eventos inclusivos, porque além da comunidade acadêmica, o campus também recebe público externo. Este estudo investiga como as políticas públicas de acessibilidade estão sendo implementadas no campus Brasília do IFB, com um foco

¹ - Discente do Curso Superior De Tecnologia Em Eventos do Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília
– *e-mail*: gabrielfdasilveira@gmail.com

² - Doutora em Geografia, docente do Curso Superior De Tecnologia Em Eventos do Instituto Federal de Brasília
– Campus Brasília – *e-mail*: leticia.lima@ifb.edu.br

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

específico na eficácia das medidas adotadas para assegurar a inclusão em eventos. A análise procura identificar barreiras à acessibilidade e avaliar o impacto das tecnologias assistivas e das adaptações arquitetônicas disponíveis.

Embora as normas e leis forneçam um arcabouço teórico robusto, a aplicação prática dessas diretrizes frequentemente enfrenta desafios. Estudos anteriores destacam que, apesar dos avanços significativos, muitos ambientes ainda carecem de adequações suficientes para garantir a plena inclusão (Correia, 2019). Nesse sentido, a investigação se justifica pela necessidade de identificar lacunas nas práticas institucionais e propor melhorias que possam ser implementadas para otimizar a acessibilidade.

O estudo se baseia na observação das tecnologias assistivas disponíveis e da infraestrutura existente no campus Brasília, buscando compreender como essas tecnologias e a estrutura física contribuem para a acessibilidade em eventos. A metodologia envolve a coleta e análise de dados visuais para verificar a conformidade com as normas técnicas, complementada pela avaliação das percepções dos envolvidos na organização de eventos. Ao combinar esses elementos, o estudo visa proporcionar uma visão crítica e construtiva sobre a aplicação das políticas de acessibilidade no IFB, contribuindo para a criação de ambientes mais inclusivos e acessíveis para todos os participantes dos eventos acadêmicos promovidos nos campi.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Organização de eventos

Desde os tempos antigos, a humanidade sempre teve uma necessidade natural de organizar e participar de celebrações para marcar fenômenos naturais, como as fases da lua ou as mudanças das estações. Ao longo dos séculos, as razões para participar de eventos evoluíram, passando de celebrações de fenômenos naturais ou ocasiões especiais para a busca de novas experiências e sensações, convívio social, intercâmbio de conhecimentos e satisfação de necessidades intelectuais (Isidoro *et al.*, 2013).

Ao conceituarmos eventos, compreendemos que estes são encontros formais e solenes de pessoas ou entidades com objetivos diversos, conforme a definição de Zanella (2008). Tais acontecimentos desempenham um papel fundamental na transmissão de informações,

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

facilitam vendas, negociações e constroem laços entre os participantes, evidenciando sua relevância na sociedade contemporânea.

Ao observarmos a origem da organização de eventos, conforme Matias (2010), percebemos que esses acontecimentos têm raízes na antiguidade, atravessando períodos históricos e evoluindo com o tempo e avanço da tecnologia. A história remonta à Grécia, em 776 a.C., com a realização da primeira Olimpíada em homenagem a Zeus, marcando o início dos eventos esportivos e estabelecendo um "Calendário de Eventos". Isso evidencia que os eventos não são uma novidade recente, mas sim uma prática que evoluiu ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças sociais e tecnológicas.

No Brasil, a organização de eventos teve seus primórdios nas feiras livres, onde as pessoas montavam barracas para vender produtos, sendo a mais conhecida ocorrida no Largo da Glória, no Rio de Janeiro. O primeiro evento realizado em um local apropriado, um baile de carnaval, aconteceu em 7 de fevereiro de 1849 (Matias, 2010). Desde a antiguidade, os eventos desempenharam um papel significativo na vida humana, e hoje a organização de eventos tornou-se uma ferramenta indispensável, proporcionando benefícios em diversas áreas

Explorando as diferentes definições de eventos, torna-se imperativo considerar a ampla variedade de classificações que permeiam esse universo. Conforme destacado por Martin (2008), para obter sucesso na realização de eventos, é essencial compreender a tipologia dos eventos e como cada um pode ser classificado e agrupado. O conhecimento das tipologias, aliado à adaptação de suas características e necessidades específicas, facilita a atuação dos profissionais nesse segmento dinâmico.

1.2 Acessibilidade na organização de eventos

No planejamento de eventos, é essencial considerar diversos fatores, destacando-se o público-alvo e a disponibilidade de espaço (Azevedo, 2003; Gomes, 2008). No entanto, a acessibilidade vai além de simples considerações logísticas; é um conceito contemporâneo de extrema importância para garantir os direitos de todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com a legislação brasileira (Brasil, 2015), acessibilidade é definida como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de diversos

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

elementos, incluindo espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação. As barreiras à acessibilidade são diversas e compreendem entraves urbanísticos, arquitetônicos, nos transportes, nas comunicações, na informação, atitudinais e tecnológicas, limitando ou impedindo a participação social e o exercício de direitos fundamentais (Brasil, 2015). Setubal e Fayan (2016) *apud* Lima (2020), argumentam que acessibilidade constitui-se na verdadeira espinha dorsal, na medida em que perpassa e/ou complementa todos os outros princípios e direitos, determinando cumprimento rigoroso para toda a sua aplicação.

Dentro desse cenário, Correia (2019) destaca que indivíduos com diversidade funcional, representando 23,9% da população brasileira conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), podem ser os mais propensos a experimentar processos de exclusão e segregação socioterritorial nos contextos de produção e apreciação cultural. Isso ocorre devido à falta de enfoque, segundo o autor, na acessibilidade como um direito e um componente estético e cognitivo da realidade nesse tipo específico de prática. Para abordar a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é fundamental compreender a distinção entre as seguintes definições, conforme destacado no Quadro 2.

Quadro 2 – Definição à luz do Decreto 5.296/2004

Categoria	Definição
Pessoa com deficiência	Pessoa com deficiência, além daquelas previstas na Lei no 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui um impedimento para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física, auditiva, visual, mental e/ou múltipla.
Deficiência Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, comprometendo a função física. Exemplos: paraplegia, tetraplegia, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida.
Deficiência Auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
Deficiência Visual	Cegueira: acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica. Baixa visão: acuidade visual entre

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

	0,3 e 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica. Campo visual total igual ou menor que 60°.
Deficiência Mental	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e impedimento em duas ou mais áreas adaptativas: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, uso dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
Deficiência Múltipla	Associação de duas ou mais deficiências.
Pessoa com mobilidade reduzida	Aquela que, embora não se enquadre na definição de pessoa com deficiência, enfrenta dificuldades de movimentação, seja de forma permanente ou temporária, resultando em redução significativa da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Fonte: Adaptado de Brasil (2004) e Lima (2020)

No contexto da organização de eventos, a acessibilidade torna-se uma pauta relevante, especialmente para aqueles que buscam promover a inclusão. Garantir a acessibilidade em um evento não apenas atende a requisitos legais, mas também assegura que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições de mobilidade, possam desfrutar plenamente dos serviços oferecidos, desde a chegada até a saída do local. A consideração atenta à acessibilidade não só demonstra respeito pelos direitos individuais, mas também contribui para a criação de ambientes inclusivos e acolhedores em eventos de todos os portes.

Lima (2020) ressalta que, na área de eventos, existem várias soluções acessíveis de baixo custo para pessoas com deficiência, como a implementação de placas e cartazes com letra legível para otimizar a sinalização, e também a reserva de vagas no estacionamento para pessoas com diversidade funcional. No entanto, algumas iniciativas exigem investimentos maiores e um planejamento mais detalhado. A conformidade com normas como a ABNT NBR 9050/2020 é essencial. Lima também argumenta que a acessibilidade deve ser vista como uma questão profissional e integrada ao processo de planejamento, recomendando a inclusão de pessoas com deficiência desde a concepção até a finalização dos eventos.

1.3 Acessibilidade: Legislação, Normas Regulamentadoras e Políticas Públicas

No contexto brasileiro, a acessibilidade é respaldada tanto pelo amparo legal na Constituição Federal de 1988 quanto por normas técnicas estabelecidas pela Associação

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A Constituição, em seu arcabouço legal, consagra a acessibilidade como um direito fundamental, essencial para garantir a inclusão social de todas as pessoas, independentemente de suas deficiências físicas ou mentais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 organiza a estrutura da educação brasileira e estabelece suas diretrizes, enquanto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) assegura a inclusão escolar e a participação desses alunos no ensino regular, desde a educação infantil até o ensino superior.

O Decreto n. 3.298/1999, que regulamenta a Lei n. 7.853/1989, esclarece definições e atribuições das Instituições de Ensino Superior (IES) para garantir acessibilidade, e a Lei n. 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto n. 5.296/2004, estabelece a supressão de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, garantindo condições de uso seguro e autônomo dos espaços públicos e privados. Tendo em vista o disposto na Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, a Portaria do Ministério da Educação n. 3.284/2003 assegura condições básicas de acesso ao ensino superior para pessoas com deficiência física e sensorial.

A ABNT desempenha um papel fundamental na definição de critérios e parâmetros técnicos para assegurar a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A norma técnica NBR 9050, estabelecida pela ABNT, destaca-se como uma ferramenta fundamental, ao seguir as diretrizes da NBR 9050, promovendo a igualdade de oportunidades e a participação plena de todos os envolvidos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é outro marco importante, pois estabelece um conjunto de disposições destinadas a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania. Esta lei reforça a necessidade de eliminação de barreiras e a implementação de medidas que garantam a acessibilidade plena em todas as esferas da vida.

Contudo, mesmo com todo o amparo legal previsto, é sabido que os grupos de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou que possuem outros impedimentos ainda assim sofrem com segregações impostas por barreiras, sejam elas arquitetônicas, tecnológicas,

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

atitudinais, na comunicação, no transporte, entre outros. Por outro lado, as pessoas com deficiência, nos dias de hoje, demonstram uma maior conscientização sobre seus direitos, empenhando-se na plena integração na sociedade por meio do trabalho, estudo, uso do transporte público e desfrute de momentos de lazer. Diante desse panorama, torna-se essencial oferecer ambientes acolhedores, nos quais seja criada uma atmosfera especialmente planejada para esse público, que depende de condições especiais.

A acessibilidade em eventos acadêmicos é fundamental, especialmente diante dos marcos legais e normativos que asseguram os direitos das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 5.296/2004 são exemplos de instrumentos fundamentais que estabelecem diretrizes para garantir a igualdade de oportunidades e promovem a acessibilidade. Esses marcos legais não só orientam as práticas institucionais, mas também embasam a reflexão e o desenvolvimento de estudos que buscam avaliar e aprimorar a acessibilidade, especificamente no ambiente acadêmico, que é o foco deste estudo.

Quadro 3 – Marcos legais e normativos

Referência	Ano	Definição
Constituição Federal	1988	Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e garante o direito à educação para todos sem distinção.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394	1996	Prevê a acessibilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais por meio de adaptações curriculares, estratégias de ensino diversificadas e processos de avaliação diferenciados.
Decreto nº 3.298	1999	Regulamenta a Lei n. 7.853/1989, esclarecendo definições de deficiência, deficiência permanente e incapacidade, além de atribuir às IES a oferta de apoios necessários aos alunos com deficiência.
Lei nº 10.098	2000	Estabelece a supressão de barreiras nas vias e espaços públicos, mobiliário urbano, construção e reforma de edifícios, meios de transporte e comunicação.
Portaria do Ministério da Educação n. 3.284 (revoga Portaria MEC nº 1.679 de 02/12/1999)	2003	Assegura condições básicas de acesso ao ensino superior para pessoas com deficiência física e sensorial, incluindo requisitos de acessibilidade nas avaliações de cursos superiores e no credenciamento de IES.

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

Decreto nº 5.296	2004	Regulamenta a Lei n. 10.098/2000, definindo acessibilidade e as barreiras que a impedem ou dificultam, incluindo urbanísticas, nas edificações, nos transportes e nas comunicações e informações.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC)	2008	Define os alunos com necessidades educacionais especiais e assegura a inclusão escolar e a participação no ensino regular.
Lei nº 13.146	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Medidas que asseguram e promovem, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania.
NBR 9050	2020	Norma técnica que define padrões de acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

Fonte: Elaboração própria.

1.4 Tipos de Acessibilidade

Segundo Sasaki (2002), existem seis tipos de acessibilidade, e com o avanço dos estudos sobre o tema, foram acrescentadas duas novas categorias: natural e digital. Essas propostas vêm para eliminar as barreiras, e, entende-se por barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que restrinja a participação social da pessoa, limitando seus direitos à acessibilidade, liberdade de movimento, expressão, comunicação, acesso à informação, compreensão e circulação com segurança, entre outros.

Arquitetônica: Relaciona-se à infraestrutura de ambientes, sendo regulamentada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Exemplos incluem barras de acesso em sanitários, rampas e Braille em elevadores.

Atitudinal: Envolve a percepção do outro sem preconceitos, discriminação ou estereótipos. A atitude das pessoas impulsiona a remoção de barreiras. Exemplo: o interesse dos organizadores de um evento em implementar ações relacionadas à acessibilidade.

Metodológica: Conhecida como "acessibilidade pedagógica", refere-se às metodologias de ensino para pessoas com deficiência, seja no contexto escolar ou profissional.

Comunicacional: Trata das maneiras que garantem o acesso à comunicação interpessoal, escrita e virtual. Exemplos incluem closed caption, legendas e libras tátil.

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

Instrumental: Supera as barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, trabalho e lazer.

Programática: Elimina barreiras presentes nas políticas públicas, como leis e regulamentos. Exemplos são a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015).

Natural: Elimina barreiras impostas pela natureza, como pisos irregulares, praias e trilhas. Cadeiras de rodas anfíbias são um exemplo.

Digital: Garante a eliminação de barreiras no acesso a sites, aplicativos e documentos em formato virtual, permitindo o uso de tecnologias assistivas sem restrições de navegação ou acesso.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Classificação da pesquisa

Este estudo, inicialmente, adotou pesquisa bibliográfica como metodologia, utilizando materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Essa abordagem permitiu explorar uma série de aspectos relacionados ao tema acessibilidade. A revisão da literatura é essencial em trabalhos acadêmicos, evitando a redundância e permitindo o reaproveitamento de pesquisas. Além disso, contribui para o avanço científico, ao propor soluções para questões ainda não exploradas. O estudo possui uma abordagem qualitativa e será conduzido ao longo do ano de 2024.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, num segundo momento foi realizada pesquisa de campo conduzida por formulário baseado na NBR 9050/2020, que consistiu na coleta direta de dados por meio de fotografias. Essas imagens foram utilizadas para análise e validação das normas técnicas relacionadas ao tema em estudo. Segundo Gil (1994), a pesquisa de campo, caracterizada por investigações que envolvem a coleta de dados junto a pessoas ou grupos de pessoas, é amplamente utilizada no meio acadêmico. Ela complementa as pesquisas bibliográficas e/ou documentais, permitindo observar fatos e fenômenos da maneira como ocorrem na realidade. No contexto específico de análise e validação das normas técnicas, a fotografia é uma ferramenta indispensável. Ela permite registrar visualmente aspectos relevantes e contribui para a interpretação dos dados coletados.

Procedimentos técnicos

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

Foram levados em consideração documentos escritos do ano 2000 até 2023. Os artigos foram pesquisados no seguinte banco de dados CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, LUME - UFRGS e SciELO. Os artigos foram selecionados a partir dos operadores booleanos “eventos” AND “organização” AND “acessibilidade”. Foram incluídos artigos que tinham pertinência com o tema, em língua portuguesa. Foram excluídos artigos que não falavam sobre acessibilidade e que fossem em língua estrangeira. Por fim, foi realizada análise dos espaços do campus Brasília e confrontadas com as especificações técnicas contidas na NBR 9050/2020. Isso permitiu verificar se os espaços estavam em conformidade com as normas estabelecidas, garantindo que possíveis ajustes fossem identificados e implementados conforme necessário.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acessibilidade vai além de promover a autonomia de ir e vir. Envolve também a mobilidade, que se refere à capacidade das pessoas se deslocarem com segurança e conforto no espaço urbano. Os termos "acessibilidade" e "mobilidade" são frequentemente confundidos, mas é importante entender suas diferenças e inter-relações. A acessibilidade reflete a proximidade de atividades e a oferta de oportunidades de interação, enquanto a mobilidade resulta das condições de acessibilidade fornecidas (Handy, 2002; Rubulotta *et al.*, 2013; Curl *et al.*, 2011).

A Lei n. 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto n. 5.296/2004, define acessibilidade como a condição para utilização segura e autônoma dos espaços urbanos, edificações e serviços de transporte por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2004).

A NBR 9050/2020 estabelece parâmetros mínimos para tornar os espaços acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, ressaltando que a acessibilidade deve ser entendida como uma questão de cidadania. Com base nas observações feitas no IFB Campus Brasília, foram identificadas várias inadequações em relação à acessibilidade nos diferentes espaços do campus. Essas observações destacam a importância de garantir que todos os indivíduos tenham igualdade de acesso e oportunidades, reforçando os princípios de inclusão e respeito à diversidade no ambiente educacional e social.

A escolha da NBR 9050/2020 como parâmetro para análise das condições de acessibilidade do campus se justifica pelo fato de que essa norma estabelece parâmetros

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

mínimos para tornar os espaços e edificações acessíveis às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou com redução em sua mobilidade, seja de modo permanente ou temporário. Contudo, a acessibilidade não deve ser vista apenas como um desafio técnico de engenharia ou arquitetura. Entende-se que ela é essencialmente uma questão de cidadania, estando diretamente ligada ao acesso à educação, lazer, cultura, participação política e aos espaços públicos em geral. Os espaços devem ser projetados para serem utilizados por todos, independentemente das características individuais, e as deficiências não devem ser vistas como fatores de exclusão ou limitação, mas sim como desafios a serem superados pela adaptação adequada dos ambientes (Gil, 2005 *apud* Aguiar, 2010)

Essas premissas destacam a importância de garantir que todos os indivíduos tenham igualdade de acesso e oportunidades, reforçando os princípios de inclusão e respeito à diversidade no ambiente educacional e social.

3.1 Dimensões Arquitetônicas, Comunicação e Sinalização: Análise dos Espaços do Campus

No levantamento realizado em agosto de 2024 no IFB Campus Brasília, foram identificadas diversas inadequações em relação às especificações técnicas estabelecidas na NBR 9050/2020. No que segue:

Estacionamento externo

O piso de paralelepípedo, apesar de ser uma escolha comum para pavimentação, representa um obstáculo significativo para cadeirantes, pessoas com deficiência visual e aquelas com mobilidade reduzida. A superfície irregular dificulta o deslocamento, tornando o percurso cansativo e potencialmente perigoso para esses usuários.

Dentro do estacionamento, há três vagas exclusivas para pessoas com deficiência, quatro vagas para idosos e três vagas para gestantes. No entanto, a sinalização dessas vagas é inadequada, o que pode causar confusão e dificultar a localização dessas vagas para quem precisa delas. A sinalização não está em conformidade com as melhores práticas de

Figura 1 – Estacionamento Externo



Fonte: arquivo pessoal

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

visibilidade e clareza, comprometendo a funcionalidade das vagas reservadas.

Adicionalmente, há uma presença parcial de piso direcional e de alerta que leva até a rampa de acesso ao Instituto Federal da Brasília (IFB). Este piso tátil é uma importante ferramenta de orientação para pessoas com deficiência visual, mas a sua cobertura não é completa, deixando áreas do percurso sem o suporte necessário para percorrer o trajeto de forma segura.

A rampa de acesso ao IFB está equipada com corrimãos e placas indicativas de pavimento em braile, o que é positivo para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência visual. O piso tátil presente na rampa também contribui para a orientação de pessoas com deficiência visual, proporcionando uma transição mais suave entre os diferentes níveis do campus.

No entanto, a calçada que conecta a rampa do estacionamento externo à entrada principal do campus apresenta rachaduras e desgaste. Essas falhas no pavimento comprometem significativamente a acessibilidade, tornando o percurso inseguro e desconfortável para todos os usuários, especialmente aqueles com mobilidade reduzida. As rachaduras podem causar tropeços e quedas, aumentando o risco de acidentes e dificultando o deslocamento.

Para melhorar a acessibilidade e garantir um ambiente mais inclusivo, é essencial abordar essas questões. A substituição do piso de paralelepípedo por uma superfície mais uniforme e acessível, a atualização da sinalização das vagas para pessoas com deficiência, idosos e gestantes, e a reparação das rachaduras na calçadas são medidas fundamentais para garantir a acessibilidade plena. Além disso, a ampliação do piso direcional e de alerta e a manutenção contínua das instalações garantirão que todos os usuários possam se deslocar com segurança e conforto.

Entrada Principal/Recepção

A entrada principal e a recepção do campus estão bem estruturadas para acessibilidade, com um portão e uma passarela com largura adequada (mínimo de 1,50m) e sem obstáculos ao longo do caminho. As pias de higienização das mãos foram instaladas em uma altura que atende às necessidades de acessibilidade. No entanto, o piso tátil apresenta

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

problemas, estando parcialmente deteriorado e faltando em alguns trechos da passarela, o que pode dificultar a navegação para pessoas com deficiência visual.

A iluminação natural disponível é um ponto positivo, pois ajuda pessoas com baixa visão a se orientarem melhor. A porta de vidro possui vão livre superior ao mínimo exigido de 0,80cm, facilitando o acesso. Contudo, entre a porta de vidro, a planta do campus em braile e o balcão de recepção, o piso tátil só está presente de forma incompleta, o que pode comprometer a eficácia na orientação para pessoas com deficiência visual.

A entrada é equipada com um mapa tátil em braile, útil para pessoas com deficiência visual, o balcão adaptado com altura para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência física e a catraca que controla o acesso das pessoas possui adaptação, com uma pequena porta de vidro com espaço mínimo de 1,20 exigido pela NBR 9050/2020. Esses elementos são importantes para garantir que o ambiente seja mais inclusivo, mas é necessário realizar a manutenção do piso tátil para otimizar a acessibilidade para todos.

Recepção/Biblioteca

Na recepção e na biblioteca, existem alguns aspectos no que diz respeito à acessibilidade que precisam ser abordadas. Observa-se a ausência de piso tátil entre o balcão da recepção e a porta de vidro que dá acesso à rampa. Esta ausência pode dificultar a orientação e o deslocamento de pessoas com deficiência visual, que dependem desse recurso para percorrer o trajeto com segurança e confiança.

Apesar dessa falta, a porta de vidro da recepção é adequada em termos de largura, o que facilita o acesso para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. A rampa que leva à biblioteca, por sua vez, apresenta largura apropriada, superior aos 1,20m exigidos pela NBR 9050/2020 para garantir um trânsito confortável. Contudo, o piso tátil na rampa é apenas parcial, o que indica que a cobertura completa ainda é necessária para melhorar a orientação de pessoas com deficiência visual ao longo de todo o percurso.

Na biblioteca, o corrimão adaptado é um ponto positivo, já que inclui placas de pavimento em braile, permitindo que pessoas com deficiência visual possam usar o corrimão para se orientar melhor. Além disso, a maçaneta anti-pânico na porta de vidro da entrada da biblioteca é uma característica indispensável, pois facilita a abertura da porta em situações de emergência e oferece uma solução prática e segura para todos os usuários.

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ARTIGO CIENTÍFICO

Para garantir uma acessibilidade plena, é recomendável a implementação de piso tátil completo entre o balcão e a porta de vidro, bem como a expansão do piso tátil na rampa de acesso à biblioteca. Essas melhorias assegurariam que o ambiente seja verdadeiramente inclusivo, permitindo a todos os usuários uma experiência mais segura e confortável.

Figura 2 – Entrada da Biblioteca



Fonte: arquivo pessoal.

Recepção/Vitrine de Inovação

Conforme a figura 2 ilustra, seria importante a manutenção de algumas estruturas de acessibilidade, como o piso tátil. A passarela de acesso ao Vitrine de Inovação atende aos requisitos da NBR 9050/2020,, apresentando uma largura adequada (mínimo de 1,50m) que permite o tráfego de cadeirantes e pedestres. O corrimão instalado ao longo da passarela proporciona segurança adicional, ajudando a prevenir quedas e oferecendo suporte para quem precisa. Perto da entrada principal do Vitrine de Inovação, há um elevador posicionado a aproximadamente 10 metros, o que facilita o acesso aos 3 andares do edifício. A porta principal está equipada com uma maçaneta anti-pânico, que possui formato de fácil pega, não exigindo firmeza, precisão ou torção do pulso para o seu acionamento, requisitos exigidos pela NBR 9050/2020.

Dentro do Vitrine de Inovação, o espaço interno é projetado para ser totalmente livre de barreiras arquitetônicas, garantindo um ambiente acessível e inclusivo. Além disso, a

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

iluminação natural do local contribui para uma melhor visibilidade e conforto, beneficiando todos os usuários, especialmente as pessoas com deficiência visual.

Auditório Bloco C

O auditório do Bloco C, com capacidade para 220 pessoas, apresenta algumas características de acessibilidade, embora ainda existam áreas que poderiam ser aprimoradas. No trajeto entre a recepção e o auditório, há presença parcial de piso direcional e de alerta, o que pode limitar a eficácia para a orientação de pessoas com deficiência visual. Seria benéfico implementar um sistema de piso tátil contínuo para garantir uma navegação mais segura e eficiente.

Próximo à rampa central que dá acesso aos blocos A, B,C e D de ensino e ao banheiro mais próximo do auditório, encontram-se mapas táteis, que ajudam na orientação e acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Esses mapas são um recurso útil, mas é necessário manutenção da tinta e a reparação dos amassados nos mapas táteis.

Um banheiro adaptado está localizado a aproximadamente 15 metros do auditório, e as portas do auditório estão equipadas com maçaneta anti-pânico, o que facilita a abertura em situações de emergência. A rampa lateral de acesso ao pavimento da plateia é um aspecto positivo, pois inclui placas adaptadas em braile nos corrimões e piso tátil, contribuindo para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

O espaço interno do auditório é bem planejado em termos de acessibilidade, com uma estrutura tecnológica moderna e adequada. A boa iluminação, o projetor visual e o sistema de som são complementados pela ausência de barreiras arquitetônicas, proporcionando um ambiente acessível. Cadeiras adaptadas para pessoas com obesidade estão localizadas próximas ao palco e a uma das portas de acesso, garantindo conforto e inclusão.

O camarim também é acessível, com um banheiro adaptado, e o palco está equipado com uma plataforma elevatória para o acesso de pessoas com deficiência física, facilitando o acesso para todos os usuários. No geral, o auditório oferece várias características de acessibilidade, mas a implementação de um piso tátil contínuo e melhorias na sinalização poderiam otimizar ainda mais a acessibilidade e a segurança.

Miniauditório

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

A arquitetura foi projetada para eliminar barreiras físicas, proporcionando um percurso contínuo e sem obstáculos entre a recepção e o espaço principal do auditório. Os acessos ao miniauditório são variados e bem equipados para atender diferentes necessidades de mobilidade. Uma passarela conecta a entrada principal ao pavimento do auditório, enquanto um elevador moderno e uma rampa central suave e adaptada, equipada com corrimãos robustos, asseguram um acesso facilitado para cadeirantes e pessoas com dificuldades de locomoção. Placas indicadoras em braile e piso tátil guiam os visitantes com deficiência visual, contribuindo para um caminhar seguro e independente.

O espaço interno do miniauditório é projetado para acomodar até aproximadamente 100 pessoas, oferecendo um ambiente confortável e flexível para uma variedade de eventos e atividades. A iluminação natural é abundante, graças a amplas janelas estrategicamente posicionadas, o que não só melhora a visibilidade mas também cria um ambiente mais acolhedor e agradável.

Para garantir a acessibilidade completa, a sala conta com uma mesa exclusiva para pessoas com deficiência física. Adicionalmente, o auditório está equipado com um projetor multimídia de última geração, que permite a exibição clara e eficaz de apresentações e conteúdos visuais. Nas proximidades, a uma distância de aproximadamente 15 metros, encontra-se um banheiro adaptado, projetado para garantir acessibilidade e conforto para todos os usuários. Este banheiro está equipado com barras de apoio e outros recursos de acessibilidade, refletindo o compromisso com a inclusão e a adequação das instalações.

Banheiros

Seguindo as diretrizes estabelecidas pela NBR 9050/2020, os ambientes foram adaptados para oferecer uma experiência inclusiva e sem barreiras. Cada banheiro está equipado com pias localizadas a uma altura adequada, facilitando o acesso tanto para cadeirantes quanto para pessoas com mobilidade reduzida. As pias possuem espaço livre embaixo, permitindo que os usuários se aproximem facilmente, e estão instaladas de maneira a proporcionar uma altura ergonômica. Os vãos de acesso nos banheiros são amplos e projetados para permitir a passagem fácil de cadeiras de rodas e outros dispositivos de mobilidade.

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

As portas dos banheiros atendem ao mínimo exigido pela NBR 9050/2020 de vão livre, 0,80cm, garantindo que todas as pessoas possam entrar e sair sem dificuldades. Dentro dos banheiros, tanto no box exclusivo para pessoas com deficiência quanto na área dos mictórios, são instaladas barras laterais de apoio e segurança. Estas barras estão posicionadas estrategicamente para proporcionar suporte adicional e garantir a estabilidade dos usuários durante o uso do espaço. Além disso, as lixeiras são projetadas sem pedal, seguindo as especificações de acessibilidade.

Figura 3 – Banheiros



Figura 4 – Banheiros



Fonte: arquivo pessoal.

Quadro 4 – Soluções e Benefícios

Área	Solução	Benefícios
Estacionamento	Instalar piso regular e antiderrapante, readequar a sinalização das vagas e corrigir as rachaduras na calçada.	Facilita o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, garantindo segurança e conforto desde o estacionamento até a entrada do campus.
Entrada Principal/Recepção	Melhorar a condição do piso tátil e garantir a manutenção contínua das placas em braile.	Proporciona uma recepção mais inclusiva e acessível, facilitando a orientação e a locomoção de pessoas com deficiência visual.

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

Recepção/Biblioteca	Completar o piso tátil e assegurar a funcionalidade contínua das rampas e corrimãos adaptados.	Melhora a navegação para pessoas com deficiência visual e facilita o acesso aos serviços oferecidos na biblioteca.
Recepção/Vitrine de Inovação	Garantir que o elevador e as passarelas sejam mantidos em boas condições e adequados para todos os usuários.	Facilita o acesso ao Vitrine de Inovação, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho e aprendizado.
Auditório Bloco C	Melhorar a sinalização tátil e a acessibilidade das rotas e banheiros próximos ao auditório.	Proporciona um ambiente acessível para eventos e palestras, garantindo que todos os participantes possam usufruir das instalações adequadas.
Miniauditório	Assegurar a manutenção dos acessos e a funcionalidade contínua dos elementos de acessibilidade.	Permite que pessoas com deficiência se sintam incluídas e participem plenamente das atividades realizadas no miniauditório.
Banheiros	Garantir a adequação contínua das instalações e a acessibilidade dos equipamentos.	Oferece um espaço adequado e acessível para todas as pessoas, incluindo aquelas com necessidades especiais, promovendo dignidade e conforto.

Fonte: Elaboração própria.

Resumindo o quadro 4, embora o IFB Campus Brasília tenha implementado algumas soluções eficazes para a acessibilidade, há áreas que necessitam de melhorias para garantir a conformidade total com a NBR 9050/2020 e promover um ambiente mais inclusivo para todos. As recomendações apresentadas visam otimizar a acessibilidade e assegurar que o campus ofereça um espaço acessível e acolhedor para todos os seus usuários.

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

3.2 Acessibilidade e Mobilidade Espacial: Deslocamento ao Campus IFB Brasília

A acessibilidade e a mobilidade espacial no contexto educacional abrangem não apenas os espaços internos, mas também as condições de deslocamento até o campus. Garantir que todos os trajetos sejam acessíveis é fundamental para proporcionar uma experiência inclusiva, especialmente para aqueles com redução de mobilidade. Segundo a Lei Federal de Mobilidade Urbana (Brasil, 2012), o transporte público desempenha um papel mais que importante ao oferecer modos de deslocamento acessíveis e sustentáveis, adequados tanto para curtas quanto para longas distâncias.

A NBR 9050/2020 estabelece diretrizes essenciais para tornar os espaços acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, destacando que a acessibilidade é uma questão de cidadania.

No entanto, no levantamento realizado nas proximidades do IFB Campus Brasília, identificamos várias inadequações. Na parada de ônibus da Quadra 410 Norte, ilustrada nas figuras 5 e 6, constatou-se a ausência de piso direcional e de alerta até a faixa de pedestres, rachaduras ao longo da calçada e sinalização inadequada, como a falta de semáforo sonoro.

Figura 5 e 6 – Parada 410 Norte



Fonte: arquivo pessoal.

Na Quadra 610 Norte, figuras 7 e 8, embora haja piso direcional até a entrada principal do IFB, foram identificados problemas como rachaduras e desníveis na calçada.

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

Figura 7 e 8 – Parada 610 Norte



Fonte: arquivo pessoal.

Para melhorar a acessibilidade, é de suma importância integrar todas as etapas do deslocamento no campus, desde os pontos de parada do transporte público até as vagas de estacionamento próximas aos principais edifícios como a biblioteca. Essas rotas devem ser claramente sinalizadas e acessíveis, incluindo adaptações como rebaixamento de calçadas, rampas para cadeirantes e sinalização tátil para pessoas com deficiência visual, conforme preconiza a NBR 9050/2020. Atualmente, as condições no IFB Campus Brasília ainda não atendem plenamente essas normas, o que representa obstáculos significativos para a comunidade acadêmica, especialmente para aqueles com necessidades especiais de mobilidade. No quadro 5, a seguir, podemos observar as linhas de ônibus disponíveis no transporte público do DF que chegam até o IFB Campus Brasília:

Quadro 5 - Linhas de ônibus – Paradas 410/610 Norte

Nº Ônibus	Linha	Nº Ônibus	Linha
0.348	SemiExpresso Setor O2/Ceilândia Sul e Norte/Tag. Centro	115.1	Rod. P Piloto/L2 Norte/W3 Norte
0.819	Recanto das Emas 600/800	160.2	Núcleo Bandeirante / L2 Sul/Norte
0.844	Riacho Fundo II/ CAUB II	2097	Girassol/Estrutural

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

Nº Ônibus	Linha	Nº Ônibus	Linha
0.392	Samambaia Norte	136.7	Varjão
0.851	Samambaia Sul	128.4	W3 Sul/L2 Norte (Granja do Torto)
147.4	São Sebastião	140.1	Vila Planalto
0.605	Planaltina	0.168	Cruzeiro/Sudoeste
5016E	Expresso BRT / Valparaíso 2	760.1	Paranoá/Itapoã
6002	Jardim Ingá	2061	Águas Lindas / Chiola / Morada da Serra
2203	Paradora BRT/Gama	2068	Águas Lindas / Pinheiro 1 / Via Pérola
0.023	Vila TeleBrasília	2069	Águas Lindas / Pinheiro 2
105.2	Terminal Asa Sul	616.6	Arapoanga / Estâncias / Total Ville
769.1	Itapoã	605.1	Planaltina (Buritis III / Jd. Roriz)
0.176	Riacho Fundo 1	0.167	Guará II
1002	Planaltina de Goiás	0.816	Recanto das Emas
0.522	Sobradinho II		

Fonte: Adaptado de SEMOB e MOOVIT

As inadequações, aparentemente mínimas, ocultam riscos apenas perceptíveis por aqueles que apresentam impedimentos que justificam a necessidade de adaptações espaciais e arquitetônicas (Brasil, 2020). Por estar sujeito a receber estudantes com variados graus de deficiência e necessidades específicas, instituições como o IFB devem investir na adaptação das estruturas existentes e em projetos acessíveis para as novas. A inclusão, mais que uma exigência legal, é uma questão de respeito à individualidade.

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ARTIGO CIENTÍFICO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade é importante na vida social, especialmente para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, cuja participação depende das condições ambientais urbanas e das edificações. A falta de condições adequadas as exclui e dificulta seu convívio social, penalizando os mais vulneráveis.

Apesar da importância reconhecida da acessibilidade em leis e normas, inclusive na Constituição Federal de 1988, por que ainda vemos edifícios construídos sem acessibilidade? A falta de aplicação das normas de acessibilidade na elaboração de projetos e execução reflete como o tema é tratado no Brasil. A mera existência das normas não basta; é indispensável uma mudança de atitude em relação à acessibilidade (Duarte, 2016 *apud* Ferreira, 2016). Todos, independentemente de suas condições físicas, são parte da sociedade e merecem ter seus direitos respeitados.

A análise das condições de acessibilidade no Campus Brasília do IFB revelou diversas inadequações, mesmo em obras públicas recentes. A divulgação dessas constatações contribui para o debate sobre a qualidade da estrutura física das instituições educacionais e de outros edifícios de uso coletivo.

Para assegurar uma inclusão completa no campus, é essencial reservar assentos para pessoas com deficiência em eventos, providenciar intérpretes de Libras, disponibilizar um website acessível, oferecer informações sobre transporte público até o campus e disponibilizar materiais em formatos alternativos como braile, áudio ou fontes ampliadas.

Além disso, é fundamental treinar a equipe do evento para lidar com as necessidades específicas dos participantes com deficiência e instalar sinalização acessível entre a parada de ônibus da 410 e o campus, incluindo semáforo sonoro e piso tátil. A manutenção contínua da sinalização viária e das estruturas acessíveis no campus, bem como o nivelamento das calçadas externas, são passos cruciais para garantir a segurança e mobilidade de todos os usuários.

Implementar essas medidas não apenas promove a conformidade com normas de acessibilidade, mas também reforça o compromisso do IFB Campus Brasília com a inclusão e o bem-estar de todos. Essas ações contribuirão significativamente para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo e acessível, onde a acessibilidade é não apenas um requisito legal, mas um direito humano fundamental. Nesse sentido, o mercado de eventos se beneficia ao

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

adotar práticas acessíveis, pois amplia seu público-alvo, melhora a experiência dos participantes e fortalece a imagem do evento ao demonstrar responsabilidade social, compromisso com a inclusão e valorização da diversidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. São Paulo, 2020.

BAEK, S. *et al.* The most downloaded and most cited articles in radiology journals: a comparative bibliometric analysis. **European Radiology**, v. 28, n. 11, p. 4832–4838, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL; MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Manual de Adaptações de Acessibilidade**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/manual_mdhc_laudos.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

CESCA, C. G. G. **Organização de eventos: manual para planejamento e execução**. São Paulo: Summus, 2008.

CORREIA, R. L. Processos de acessibilidade cultural participativa no ponto de cultura tradicional do Quilombo do Grotão. Monografia (Especialização em Acessibilidade Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FERREIRA, J. C. **A acessibilidade ao patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FORTES, G. W.; SILVA, M. B. R. **Eventos: estratégias de planejamento e execução**. São Paulo: Summus, 2011.

GIACÁGLIA, M. C. **Organização de eventos: teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. Disponível em <https://idoc.pub/documents/idocpub-34wpgwlrjwl7#google_vignette>

GOMES, T. C. F.; NAYA, P. F. F. Acessibilidade: revisão bibliográfica. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosINIC/INIC1382_01_A.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

HANDY, S. **Accessibility VS. Mobility – enhancing strategies for addressing automobile dependence in the U.S.** European Conference of Ministers of Transport, maio de 2002. Disponível em: http://www.des.ucdavis.edu/faculty/handy/ECMT_report.pdf. Acesso em: 24 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido-original-eleitoral.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

ISIDORO, A. M.; SIMÕES, M.M. ; DIOGO, S. M. C.; *et al.* **Manual de Organização e Gestão de Eventos**. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2013. Disponível em <<https://silabo.pt/catalogo/gestao-organizacional/teorias-de-gestao/livro/manual-de-organizacao-e-gestao-de-eventos/>> Acesso em: 13 jul. 2024.

TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EVENTOS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ARTIGO CIENTÍFICO

LIMA, L. B. B. M. ACESSIBILIDADE EM EVENTOS. *In: Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades*. Ponta Grossa: Prof Dr Antonella Carvalho de Oliveira. Atena Editora, 2020, p. 115–117. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/580905>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MARTIN, V. **Manual prático de eventos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em < <https://www.topleituras.com/livros/manual-pratico-eventos-3a81>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MATIAS, M. **Organização de eventos: procedimentos e técnicas**. 5. ed. Barueri: Manole, 2010. Disponível em < <https://docero.com.br/doc/B00MFXOD24>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MOOVIT. **L2 Norte | SGAN 610 (IFB) parada - Rotas, horários e tarifas**. Disponível em: https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblico-L2_Norte_%7C_SGAN_610_IFB-Brasilia-stop_6342324-1702. Acesso em: 28 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/320408002_COMO_ELABORAR_TRABALHOS_MONOGRAFICOS_EM_CONTABILIDADE_-_Teoria_e_Pratica>. Acesso em: 5 jun. 2024.

SEMOB. **SECRETARIA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**. DF no Ponto. Sistema de Transporte Público. Disponível em: <https://dfnoponto.semob.df.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SETUBAL, J. M.; FAYAN, R. A. C. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Comentada**. Campinas: Fundação FEAC, 2016. Disponível em <http://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Lei-brasileira-de-inclusao-comentada-baixa-min-2.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

ZANELLA, L.C. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em < <https://acervo.ufrn.br/Record/oai:localhost:123456789-139078/Details>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SASSAKI, R. **Tipos de acessibilidade**. Instituto Inclusão Brasil, 4 de junho de 2019. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/tipos-de-acessibilidade/#:~:text=Segundo%20estudos%20de%20desenvolvidos%20por%20Sasaki,%2C%20instrumental%2C%20metodol%C3%B3gica%20e%20program%C3%A1tica>. Acesso em: 24 abr. 2024.